

Fé & Liberdade

Padre Lino Maia

Reunimo-nos uma vez mais para a atribuição do Prémio Fé e Liberdade, um galardão criado pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica para distinguir percursos de afirmação da liberdade, iluminados pela fé.

Nos anos anteriores distinguimos a liberdade como construtora da paz em Moçambique, defendida por D. Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira; a liberdade de associação promovida entre os empresários cristãos por Mons. João Evangelista Ribeiro Jorge, fundador da UCIDT, antecessora da ACEGE; a liberdade política que foi causa da vida da Dr^a Maria de Jesus Barroso Soares, que se en-



POR
**Manuel
Braga da Cruz**

Professor Catedrático e antigo Reitor (2000-2012) da Universidade Católica Portuguesa. Membro do Conselho Editorial de *Nova Cidadania*

controu tardiamente com a fé; a liberdade de educação, de que o Prof. Mário Pinto tem sido um arauto indefectível, desde

a Constituinte aos dias de hoje, de acordo com a Doutrina Social da Igreja; a liberdade empresarial criadora de emprego de Alexandre Soares dos Santos vivida com demonstrada responsabilidade social.

Quisemos este ano, distinguir a liberdade de iniciativa no domínio da solidariedade social. E ninguém melhor para a traduzir e a exemplificar do que o P. Lino Maia, Presidente da Confederação das Instituições de Solidariedade Social, cuja importância nunca é demais evidenciar nos tempos difíceis que atravessamos. O P. Lino Maia tem dedicado a sua vida a mobilizar a sociedade para ser solidária, apelando à responsabilidade primeira, que é da sociedade, de ser fraterna e atenta aos mais carenciados e necessitados.

Ao atribuir-lhe o Prémio Fé e Liberdade, quisemos chamar a atenção para o exemplo do seu esforço, esclarecido e animado pela fé e pela caridade, em prol da iniciativa social solidária, em defesa do associativismo das instituições da sociedade empenhadas na prática da solidariedade. Em tempos de refundação do Estado Social, para defesa dos direitos sociais de todos, a sua actividade, norteadada pelos princípios da defesa da dignidade humana, do bem comum, da solidariedade e da subsidiariedade, é uma poderosa demonstração do que pode e deve ser essa reforma. ■

